



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 209/19 – sexta-feira, 12 de abril

Jornal do Commercio

	Capa – 03
	Coluna Frente & Perfil – 04
	Coluna Frente & Perfil – 05
	Coluna Frente & Perfil – 06
Coluna Follow-Up Empresarial: CIEAM em defesa das empresas e da Amazônia – 07	
	Polo de componentes do PIM em zona de risco – 08
	Defesa da ZFM em pauta – 09



Mudança em regra de PPBs afeta ZFM

Lideranças empresariais e políticas se mobilizam em defesa do polo de componentes de informática após a publicação no "Diário Oficial" da consulta pública para a revisão de cri-

térios no PPB nas indústrias do segmento na ZFM. Ontem, parlamentares e empresários participaram de uma reunião com o presidente Jair Bolsonaro (PSL) em Brasília para discutir a proposta que, se

consolidada, pode extinguir pelo menos 6 mil empregos diretos no Amazonas.

A gritaria geral é que o Estado, já estar combalido depois da saída da Pepsi (gigante do setor de bebidas).

Página A5



Wilson dá baile na bancada

O governador Wilson Lima (PSC) não participou de uma reunião da bancada federal com o presidente Jair Bolsonaro (PSL) na manhã de ontem, porque não foi avisado sobre a antecipação do horário do encontro, de 8h30 para 8h. Mais tarde, entretanto, ele encontrou o superintendente da Suframa, Alfredo Menezes Júnior, em um evento promovido pelo Tribunal de Contas da União, e os dois combinaram de tentar uma audiência extra agenda, no Palácio do Planalto. Conseguiram. No final da tarde, foram recebidos por Bolsonaro

que, informado sobre as reações dos parlamentares do Estado, insatisfeitos com o resultado do encontro da manhã, concordou em gravar um vídeo tranquilizando o Polo Industrial de Manaus. De concreto, autorizou técnicos do governo federal a reunirem-se com colegas do Estado para debater temas como o decreto que sobretaxou o polo de concentrados, os processos produtivos básicos e o contingenciamento de recursos da Suframa. Resultado: o governador e o superintendente ficaram bem na foto. Já a bancada...

SEM AVISO

O encontro de Bolsonaro com deputados federais e senadores do Estado foi tumultuado por causa da solenidade sobre os 100 dias de governo, que estava marcada para logo em seguida. O presidente teve que se dividir entre a atenção aos parlamentares e o despacho com assessores, que a todo tempo interrompiam a reunião para validar alguma coisa com o chefe. Pesou também para o tumulto o fato de ninguém ter avisado antes quais seriam as reivindicações.



Para acabar com a Zona Franca, basta deixá-la como está"

Arthur Virgílio Neto (PSDB),
prefeito de Manaus, em palestra no Tribunal de Contas da União

PARALELOS

Pego praticamente desprevenido na reunião com a bancada, Bolsonaro determinou ao ministro-chefe da Casa Civil, Onix Lorenzoni, que receba os parlamentares na próxima terça-feira (16) e encaminhe os assuntos

que eles levaram para a audiência. Ao que tudo indica, haverá dois polos trabalhando paralelamente: políticos de um lado, técnicos do outro. A torcida é que isso não prejudique a Zona Franca de Manaus.

AMEAÇA

Ontem o deputado estadual Serafim Corrêa (PSB), um estudioso dos assuntos relacionados à Zona Franca, afirmou que o "Diário Oficial da União" publicou, no dia 9 de abril, uma consulta pública para alteração do Processo Produtivo Básico de "máquina automática para processamento de dados digital", que seria o primeiro passo para que se crie um novo modelo de incentivos fiscais fora da ZFM, o que mataria, segundo ele, o polo de componentes de informática.

“Tenho compromisso
com a Zona Franca de
Manaus, até porque ela
foi criada em 67”

Jair Bolsonaro (PSL), presidente da República, lembrando que o modelo foi criado pelos militares, a quem ele defende



EDITOR RESPONSÁVEL
ALFREDO MR LOPES*

CIEAM: em defesa das empresas e da Amazônia

Este ano o Centro da Indústria do Estado do Amazonas, CIEAM, completa em agosto seus 40 anos de luta. Sua instalação se deu num contexto de florescimento da planta industrial de Manaus. A atividade comercial frenética – que sacudiu o varejo manauara nos anos 70, já estava perdendo forças para Ciudad del Leste, na fronteira com Paraguai e para a feira com o mesmo nome, instalada em Brasília. As autoridades alfandegárias se sentiram no direito de desfigurar, sob as mais diversas razões, a estrutura legal que amparava o modelo ZFM. Em lugar de Zona de Livre Comércio, Manaus passou a ser a alfândega mais vigiada do país, numa luta desigual entre Receita Federal do Brasil e os direitos que o Decreto 288/67 emprestava aos empreendedores da região. Essa confusão de alcances e limites da legislação se estende até hoje na economia local. O Brasil vivia a época da abertura política e os partidos se organizavam para desfrutar das liberalidades do Estado de Direito. Dez anos depois de sua fundação, a entidade viu a transição política

eleger o primeiro presidente civil depois de quase três décadas, com uma abertura política e comercial que quase implode o modelo fiscal da ZFM.

Sintonia fina e fecunda

Com a redemocratização do país, as empresas, que não estavam recebendo a restituição prometida dos impostos de isenção fiscal, no Amazonas, arrumavam as próprias malas para deixar o Estado. Foi quando ocorreu a eleição do governador Gilberto Mestrinho, que havia atuado como empresário durante o tempo em que foi afastado pela justiça militar de suas atividades políticas. Este fato merece uma reflexão à parte. Empresário com empresário foi fator de rápida compreensão e alinhamento na perspectiva de crescimento. Isso implicou, naquele momento, numa sintonia criativa e produtiva para os rumos do desenvolvimento no Estado. Empresários e governos criaram saídas para remontar a oferta de empregos e das condições competitivas. As frequentes reuniões entre o chefe do executivo estadual e as

lideranças empresariais, promovidas pela entidade do setor produtivo, notadamente Fieam, Cicam e Aca, fizeram a diferença para – num curto espaço de tempo – o Polo Industrial de Manaus passar de 10 para mais de 250 estabelecimentos industriais de porte. As reuniões não buscavam argumentar interesses individuais desta ou daquela empresa. Sob a batuta de Mano Guerreiro e Edgar Monteiro de Paula, no CIEAM, a pauta, além de transparente, privilegiava os diversos setores ou polos com clareza de propósitos e de resultados para o interesse da Indústria e demais seguimentos produtivos. Emprego, renda e receita pública eram os resultados naturais dessa metodologia participativa.

Conduta proativa e transparente

Vale assinalar essa conduta proativa entre o setor privado e o gestor público como sendo um dos principais fatores da transformação econômica e da consolidação do Polo Industrial de Manaus. Outro destaque desta história se dá com a realização do Encontro com os Notáveis,

uma iniciativa da entidade voltada para qualificação dos colaboradores atuantes nas empresas incentivadas. E como isso era feito? Sob a batuta de Ana Da Luz Monteiro, e sempre com uma autoridade de perfil nacional em assuntos variados do interesse desses colaboradores, o Encontro incentivava a busca do conhecimento, o investimento na qualificação pessoal e profissional, a importância do relacionamento humano, e das atitudes de compromissos com a empresa, vistas como espaço de crescimento em vários níveis e a garantia do sustento familiar. Esse formato foi aprimorado ao longo dos anos, e até hoje mantém uma vitalidade institucional admirável, tendo influenciado outros formatos que colheram bons frutos na medida em que compreenderam que a qualificação das pessoas é a senha que libera um novo tempo de expansão das oportunidades.

Prestando contas ao contribuinte

Nos últimos anos, enquanto promovia estudos acadêmicos sobre infraestrutura, qualificação profis-

sional, meio ambiente e desenvolvimento, o Centro da Indústria do Estado do Amazonas decidiu sair da trincheira eminentemente defensiva, reagindo aos ataques externos e as incompreensões locais, para disseminar a importância do protagonismo institucional. Partindo do princípio de que a defesa dos associados exige a defesa do programa ZFM como sendo o maior acerto fiscal da República, a entidade passou a cobrar maior espaço de respeito ao setor produtivo, evitando reivindicar privilégios e em vez disso, exigir respeito e direito aqueles que geram riqueza e o principal sustento econômico do tecido social. Defender os associados significa deixar claro os benefícios gerados por suas atividades, os avanços econômicos, sociais, educacionais e de lazer da população. As empresas, precisam ser respeitadas em seus direitos constitucionais, por isso não reivindicam privilégios, mas apenas o direito de trabalhar com transparência, liberdade e contribuição efetiva do poder público, para suprir demandas de infraestrutura.

Rumo à galeria das grandes civilizações

Dois ações merecem destaque: a criação de uma tribuna virtual na mídia e nas instituições de ensino e pesquisa do Sudeste, e a reivindicação permanente de que a riqueza aqui gerada fosse aplicada na região. Essas duas bandeiras desembarcaram na contratação da Fundação Getúlio Vargas que, sob a coordenação do CIEAM, através de seu aguerriado presidente, Wilson Périco, demonstrou a efetividade da ZFM como modelo fiscal de redução das desigualdades regionais, oportunidades estratégicas e prestação de contas ao Brasil. Hoje, a entidade é vista – além de combativa defensora de seus associados – como uma Agência de formulação de debates sobre direitos institucionais, respeito aos estatutos da legalidade, e recomendação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental, bem como integração com o país e no desafio de elevar o Brasil à galeria das grandes civilizações.

*Nota: Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

Consulta pública para rever critérios de PPBs de informática mobiliza lideranças do Amazonas

Polo de componentes do PIM em zona de risco

MARCELO PERES
redacao@jcam.com.br

Lideranças empresariais e políticas se mobilizam em defesa do polo de componentes de informática após a publicação no "Diário Oficial" da consulta pública para a revisão de critérios no PPB (Processo Produtivo Básico) nas indústrias do segmento na ZFM (Zona Franca de Manaus). Ontem, parlamentares e empresários participaram de uma reunião com o presidente Jair Bolsonaro (PSL) em Brasília para discutir a proposta que, se consolidada, pode extinguir pelo menos 6 mil empregos diretos no Amazonas.

A gritaria geral é que o Estado, já combatido depois da saída da Pepsi (gigante do setor de bebidas) com a redução das alíquotas dos concentrados (de 20% para 4%), pode amargar mais um prejuízo, desta vez na área de informática caso haja

alterações nos 'critérios de pontos' que norteiam a produção de componentes no segmento na região. De acordo com especialistas, o objetivo atende a pressões da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica) que pretende controlar as empresas do setor no país, o que mataria a produção no Amazonas.

A maior apreensão é que essa medida seja estendida para outros segmentos no Estado. O primeiro grito sobre a questão veio de uma voz, que não tem a mesma ressonância da bancada amazonense em Brasília. "É mais um passo contra a ZFM, uma forma para que se crie um novo modelo de incentivos fiscais fora da ZFM", alertou o deputado estadual Serafim Corrêa (PSB). Segundo ele, o governo federal faz exatamente o que a Abinee quer, transferindo para a entidade o controle do segmento dentro da área de abrangência do Mi-

nistério da Economia. "Agora, cabe a todos nós -e claro que a relevância da bancada federal nesse sentido é muito maior do que a da estadual -termos a obrigação de nos juntarmos a defesa", acrescentou o parlamentar. O vice presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo, esteve em Brasília e disse que realmente haverá mudanças nos critérios de PPBs na produção de componentes de informática, mas até ontem ele não sabia informar os detalhes dessas alterações. Ele admite que a situação é muito grave e exige um esforço de todos os representantes do Amazonas. "Qualquer mudança usando o sistema de pontos vai prejudicar muito as empresas do setor. Estamos muito temerosos. Querem fazer uma alteração vertical e não horizontal. Se não formos firmes em nosso propósito, daqui a pouco vamos ter que importar componentes de fora, que seria



Audiência na Câmara debateu implicações do comércio exterior para as indústrias

um golpe mortal contra a ZFM", avalia o dirigente.

O economista Ailson Resende diz que a Abinee sempre jogou contra a ZFM e não é de hoje que pretende controlar a produção de componentes na área de informática. "A associação é muito forte e sempre pressionou o governo federal. Quer facilitar a produção lá fora, tirando a competitividade dos produtos da Zona Franca. Por exemplo, se a fabricação for em São Paulo o item será vendido sem o valor do frete incorporado se produzido em Manaus. É uma desvantagem para nós", explica ele. Segundo o especialista, não é a primeira vez que acontecem mobilizações contra os incentivos fiscais do Amazonas. "Já criaram uma Zona Franca em Macapá, outra no Espírito Santo e uma ZPE (Zona de Processamento de Exportação) em Pernambuco. Não demora e vão tirar tudo da gente", analisa o economista.

Hoje, o segmento de bens de informática é o segundo maior em faturamento do Amazonas. Em 2018, as empresas da ZFM registraram uma receita de pelo

menos R\$ 92 bilhões (números dos últimos indicadores da Suframa), R\$ 10 bilhões a mais que em 2017. De acordo com Resende, 80% de todos os ganhos da ZFM vêm dos setores eletroeletrônicos, bens de informática, duas rodas e químico. "Já pensou se essas mudanças passam também a atingir esses segmentos", afirma ele, demonstrando a mesma apreensão manifestada por outras lideranças do Estado.

Para o economista e professor José Alberto Machado, a consulta pública sobre as mudanças nos 'critérios de pontos' nos PPBs, nos bens de informática, não é motivo, porém, para alarde e nem de grande preocupação em relação a possíveis ameaças contra a ZFM. Ele explica que a medida é uma ação democrática e um mecanismo habitual que os governos usam para avaliação de propostas oriundas de setores públicos e privados. "Será alvo de muitas discussões. Nada está decidido. É melhor consultar do que tomar as decisões entre quatro paredes sem ouvir ninguém", afirma ele.

Segundo Machado, agora depende de todos (leia-se sociedade, políticos e empresários) do Amazonas para frear a proposta que atende a interesses principalmente das empresas do Sul e Sudeste. "A Abinee está fazendo o seu papel. Ela quer defender o seu associado. É natural. Então, vamos nos mobilizar para combater possíveis mudanças que ameacem a nossa indústria", diz ele. O economista avalia que dificilmente a consulta pública será bem-sucedida porque a bancada amazonense em Brasília é muito bem articulada. "Vejo poucas possibilidades de passar. Mas volto a alertar que devemos nos mobilizar e ficar alertas", acrescenta.

De acordo com o economista, outra tranquilidade em relação à ZFM é que a presidência da Eletros (Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos) tem em sua presidência um amazonense que acaba também de ser eleito para dirigir o braço latino-americano da entidade. "É mais um ponto a favor da ZFM", afirma o especialista.

Audiência debate tema em Brasília

Em audiência ontem na Câmara em Brasília, o superintendente da Suframa, Alfredo Menezes, descartou qualquer prejuízo sobre a ZFM com possíveis mudanças nos PPBs de bens de informática, que foram a consulta pública no

último dia 10. Ele abordou as portarias 219 (altera para zero por cento as alíquotas do imposto de importação e ex-tarifários) e a 220, alterando para zero por cento as taxações sobre os bens de capital, ambas de 25 de fevereiro deste ano.

Segundo o superintendente, não existem consequências para a Zona Franca. "Não há impactos nos empregos e nas indústrias, uma vez que não há produção no Polo Industrial de Manaus dos produtos descritos nos ex-tarifários",

afirmou. De acordo com a assessora da Suframa, o regime de ex-tarifário consiste na redução temporária da alíquota de importação de bens de capital (BK), de informática e telecomunicação (BIT), assim "grafados na Tarifa Externa

Comum do Mercosul". Quer dizer, "quando não houver produção nacional equivalente". Ele falou também sobre a OMC (Organização Mundial do Comércio) sobre os PPBs. "A OMC fez um alerta ao Brasil, mas não foi direta-

mente para as empresas instaladas no PIM porque lá ela reconheceu que o incentivo é amparado pela Constituição Brasileira", afirmou ele, reafirmando que a ZFM não será prejudicada com a consulta pública sobre informática.

Autoridades políticas do Amazonas e representantes da indústria defendem ZFM em Brasília

Defesa da ZFM em pauta

ANTONIO PARENTE
 redacao@cam.com.br

Autoridades políticas do Amazonas e representantes da indústria do Estado defenderam e reforçaram importância da Zona Franca de Manaus em seminário realizado ontem (11), em Brasília. O evento foi realizado pelo jornal Correio Braziliense e ABDT (Academia Brasileira de Direito Tributário) e debateu a importância do modelo para o desenvolvimento econômico do país.

Na ocasião, o governador do Estado, Wilson Lima, enfatizou que é preciso conhecer a realidade local da região para entender as dificuldades e os desafios enfrentados na região, e destacou que o ataque que o modelo sofre prejudica a atuação das empresas instaladas no Estado e podem trazer consequências negativas para o resto do país.

“É muito frustrante ver alguém levantar bandeira contra a Zona Franca sem a conhecer. Quando uma Coca-Cola, por exemplo, deixa de atuar lá ela

não vai para qualquer lugar do Brasil, ela vai para a Costa Rica. O prejuízo não é só para o Amazonas e sim para o Brasil, por isso é importante as pessoas olharem para a Zona Franca como um modelo importante. O Amazonas tem suas especificidades que precisam ser melhor entendido pelo restante do país”, disse.

O governador ressaltou que é errôneo classificar o modelo como um peso para a economia

Representantes do Amazonas apontam visão estratégica sobre a Região para valorizar modelo industrial diferenciado

do Brasil, já que as empresas instaladas no PIM (Polo Industrial de Manaus) geram 90 mil empregos diretos na região, e ressaltou que o preconceito e o desconhecimento de outras regiões em relação às peculiaridades do Estado ainda é muito grande.

“É errôneo a ideia e o discurso que a Zona Franca é um peso para o Brasil. Hoje ela gera 90 mil empregos diretos e possui um grande modelo de preservação ambiental que está baseada em uma lógica econômica. É o modelo de desenvolvimento regional mais exitoso do Brasil. O que temos de renúncia fiscal é 8,5%, ou seja, uma parcela



Coronel Alfreido Menezes foi uma das autoridades presentes no evento em Brasília

muito pequena”, afirmou.

O prefeito de Manaus Arthur Neto (PSDB), defendeu em seu discurso, que é preciso o resto do Brasil olhar para a região com uma visão estratégica de desenvolvimento e potencialidade. Ele destacou, que vários países do mundo danam tudo para ter em seu território uma floresta amazônica, que muitas das vezes é desvalorizada pelo próprio povo brasileiro. E reforçou, que as indústrias exercem papel fundamental na preservação da floresta.

“É uma questão de o Brasil abrir os seus olhos para sua região mais estratégica. Imagina se fôssemos uma Alemanha. Imagina a visão que a Alemanha daria para sua Amazônia. Que visão o EUA daria para sua Amazônia? Que visão a China daria para sua Amazônia? É a Zona Franca que sustenta a maior parte da floresta amazônica brasileira que está dentro do território amazônense”, disse.

Apesar da defesa do modelo, o prefeito também fez uma autocrítica a respeito das necessidades de investimento em infraestrutura no PIM que estão abandonados e necessitados de atenção. Ele afirmou que os incentivos fiscais para as empresas de pouco vale se não existir estruturas boas para atrair investimentos.

“Hoje ela (ZFM) vive uma crise e precisa de investimentos, a estrutura está falida, ela não tem uma boa internet e uma boa telefonia. Nós precisamos de bons portos, aeroportos e inovação tecnológica, precisamos de investimento na formação de mão de obra e acúmulo de capital intelectual. O Brasil gasta com suas estaléis inoperantes, propensas à corrupção, que não respondem a nada que o futuro do Brasil espera, R\$ 20 bilhões por ano”, afirmou.

Arthur criticou a atuação dos antigos governos, inclusive o do PSDB quando ele mesmo foi ministro, e alertou que é

preciso as autoridades olharem para a situação econômica da região com um olhar mais atento às necessidades que a compõe.

“Se deve olhar para Amazônia com olhos macro. O Brasil precisa acordar para isso. O Brasil é muito deficiente e alienado em relação à Amazônia. Me refiro aos governos anteriores, porque o atual começou a trabalhar a pouco tempo”, afirmou.

Segundo o vice-presidente do Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo, o sucesso do modelo no Estado não passa somente pela região Norte do país mais por todo país. E frisou que é necessário enxergar o modelo como uma ferramenta estratégica de crescimento. “É uma região estratégica onde está localizado o maior vazão demográfico e o maior segmento da linha de fronteira internacional. Daí vem sua importância. Uma ferramenta estratégica econômica e política que visa desenvolver a região mais cobiçada no mundo. É um modelo limpo que atrai desenvolvimento econômico ao Amazonas e ajuda a preservar mais de 97% da floresta. Sem as empresas o Amazonas jamais poderia ter alguma arrecadação para o país”, defendeu.

O presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, apresentou sua defesa baseado em números, e comentou que o Brasil não pode cometer o erro de subestimar a capacidade de

desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, como aconteceu com a borracha anos atrás.

“Somos o Estado que mais contribuiu com a balança comercial na época do extrativismo. Mas o país não olhou para o Estado com viés desenvolvimentista e não buscamos atrair para lá a indústria de pneus, nos acomodamos com o extrativismo e isso acabou. Da mesma forma que o país não olha agora com viés desenvolvimentista dentro das potencialidades naturais como o potássio, o nióbio e outras riquezas. E se nós repetimos o erro, o final nós já sabemos. A Malásia foi o maior exportador de borracha e hoje é a Tailândia”, disse.

Incentivos fiscais

O ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Eduardo Dantas, explicou que não cabe a ele estabelecer qual é o volume de gastos ideal com renúncia fiscal no Brasil. Ele reforçou que o papel da autarquia é apenas mostrar o cenário atual do país baseado em informações de fontes parciais que dependem do poder de decisão das pessoas nomeadas pelo povo para direcionar o resultado final do que é melhor para a saúde econômica do país.

“O atual retrato do Brasil não é bonito e não estou dizendo que é culpa da Zona Franca. A efetividade e a conversão do dinheiro que vem das renúncias fiscais em favor de projeto estratégico e social na Zona Franca talvez seja o dinheiro mais bem gasto. O que cabe a nós é mostrar para o país a fotografia que nós temos. E o que temo é que quase 5% do PIB (Produto Interno Bruto) é gasto com renúncias fiscais. E aí não há arrecadação que agunte”, disse.

Em seu discurso no seminário, o senador Eduardo Braga destacou que existem dificuldades do Amazonas em conseguir arranjos suficientes que possibilitam as licenças ambientais necessárias para estimular a produção de potássio e de calcário na região, e falou das dificuldades que os setores da agroindústria do Estado enfrentam para acessar linhas de créditos para desenvolver modelos econômicos. Após isso, questionou o posicionamento do ministro do TCU sobre os 5% das renúncias fiscais por ele citado.